

24/105/88
P.2

Uso de verba para mandato mobiliza oposição

BRASÍLIA — O Palácio do Planalto já autorizou a liberação de verbas de cerca de Cz\$ 6 bilhões a 14 estados cujos governadores trabalharam pela aprovação do sistema presidencialista de governo e dos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, mas todos os projetos estão retidos no Senado. Os opositoristas exigem, para desobstruir a pauta, a liberação de verbas também para os Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Alagoas, onde os governadores pregaram o voto nos quatro anos e estão sendo discriminados.

O líder do PMDB, Fernando Henrique Cardoso (SP), enviou ontem um aviso-convite ao presidente José Sarney, por intermédio do líder do PFL, Marcondes Gadelha (PB): "Se o Palácio do Planalto parar de discriminar alguns estados, mudamos nosso comportamen-

to". Gadelha ficou de dar logo uma resposta a Fernando Henrique, que completou: "Acho que o governo está fazendo uma bobagem da qual vai se arrepender muito no futuro. Está na hora de tentarmos um acordo".

A obstrução à pauta de votações do Senado dura cinco meses. Além de impedir a autorização de empréstimos para estados e municípios, causa problema no círculo diplomático. Desde o dia 3 de dezembro o embaixador Sérgio Seabra Noronha espera ver seu nome aprovado para a embaixada do Brasil no Kuwait, o mesmo ocorrendo com Raimundo Loyola de Castro, designado para as Filipinas. Outros 14 diplomatas escolhidos pelo Palácio do Planalto também aguardam a autorização.

Distribuição — Os estados contemplados por verbas federais que aguardam a autorização do Senado são: Acre, Pará, Rio

Grande do Norte, Maranhão, Paraíba, Piauí, Sergipe, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. A maior verba irá para o Estado de Mato Grosso: cerca de Cz\$ 2,8 bilhões. Depois vem o Acre com cerca de Cz\$ 943 milhões. O Maranhão, estado do presidente Sarney, receberá cerca de Cz\$ 200 milhões.

Outros assuntos de iniciativa do Executivo parados no Senado, enquanto é aguardada uma negociação entre os senadores e o presidente da República: projeto de lei que cria a 16ª região da Justiça do Trabalho e respectivo Tribunal Regional do Trabalho; projeto de lei que cria cargos na Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e projeto de lei que autoriza o Tribunal de Contas da União, a partir do exercício de 1986, a fiscalizar a aplicação, pelos estados, municípios, Distrito

Federal e territórios, das transferências de recursos federais.

O deputado Ulysses Guimarães transferiu suas preocupações para o fim dos trabalhos da Constituinte. Já se fixou num prazo: final de junho. Na sua avaliação, os pontos polêmicos das disposições transitórias são o mandato e a ampliação da anistia dos militares cassados depois de 1964 e que reivindicam reintegração e vencimentos atrasados. Depois dessas duas votações, tudo deverá decorrer rápida e tranquilamente no plenário da Constituinte, de acordo com a previsão de Ulysses. Encerrados os trabalhos da assembleia, o presidente do PMDB pretende se dedicar de corpo e alma ao partido, que vive uma crise interna. Já participa dos preparativos da convenção nacional, dia 21 de agosto.